



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS

Processo nº 2240.01.0004404/2022-28

Procedência: Instituto Mineiro de Gestão das Águas.

Interessado: Diretoria de Gestão e Apoio ao Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos – DGAS/Gerência de Apoio aos Comitês de Bacias Hidrográficas e Articulação à Gestão Participativa – GECBH.

Número: 060/2022

Data: 30 de maio de 2022.

Ementa: DIREITO ADMINISTRATIVO – COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS – ALTERAÇÃO REGIMENTAL – DELIBERAÇÃO NORMATIVA CERH/MG Nº 69/2021 – DECRETO ESTADUAL Nº 44.432/2007 – LEI ESTADUAL Nº 13.199/1999 – PRINCÍPIO DA LEGALIDADE – OBSERVÂNCIA A PARIDADE ENTRE SEGMENTOS – GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA.

NOTA JURÍDICA

Relatório

1. Foi encaminhada a esta Procuradoria, para análise e manifestação, proposta de alteração do Regimento Interno do Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Rio Grande, conforme memorando 42 (47069797).
2. A presente consulta encontra respaldo legal no artigo 17, do Decreto Estadual nº 41.578/01:

“Art. 17 – A aprovação pelos comitês de bacia hidrográfica de seu regimento interno e suas modificações, será precedida de análise e parecer jurídico do IGAM, observado o disposto no inciso IV do artigo 42 da Lei nº 13.199/1999.”

3. O processo administrativo encontra-se instruído com os seguintes documentos, até a presente data: Regimento Interno Vigente (47060861); Deliberação Normativa CERH 69/21 (47061013); Ofício CBH GD1 (47061084); Proposta de Alteração RI (47061224); Nota Técnica 23 (47061287); Quadro Comparativo (47069508); e memorando 42 (47069797).
4. Feito um breve relato a respeito do caso, examina-se a seguir a disciplina jurídica aplicável à situação. Ressalte-se que, em vista das regras da Resolução AGE 93/2021, da Lei Complementar nº 75/2004 e da Lei Complementar nº 81/2004, compete às Assessorias Jurídicas e às Procuradorias prestar consultoria sob o ponto de vista estritamente jurídico, contudo, não lhes compete tratar da conveniência

e ou da oportunidade dos atos praticados pela Administração, além de não lhes competir analisar os dados e os aspectos de natureza técnico-administrativa.

5. Acrescente-se ainda que, tendo em vista a presunção de legitimidade dos atos administrativos, os documentos autuados são de responsabilidade das áreas que instruíram o respectivo processo administrativo e áreas técnicas competentes.

6. Destaca-se, ainda, que as questões técnicas relacionadas ao caso concreto escapam das atribuições desta Assessoria, de modo que elas não serão objeto de análise da presente Nota, nos termos do que dispõe o art. 8º, da Resolução AGE nº 93/2021:

Art. 8º – A manifestação jurídica deve se restringir à análise jurídica da questão submetida à consulta, sendo defeso ao Procurador do Estado e ao Advogado Autárquico adentrar a análise de aspectos técnicos, econômicos e financeiros, bem como de questões adstritas ao exercício da competência e da discricionariedade administrativa, a cargo das autoridades competentes.

7. É o relatório, no que interessa.

Fundamentos

8. Os Comitês de Bacias Hidrográficas são órgãos colegiados instituídos por Decreto do Governador do Estado, e possuem competências deliberativas, consultivas e normativas a serem exercidas na sua área de jurisdição.

9. Contando com a participação da sociedade civil, dos usuários e do poder público (estadual e municipais), em um modelo que denominamos de estrutura horizontal de gestão, todos os atores sociais envolvidos, por meio de constantes diálogos, apresentam e discutem os problemas da bacia hidrográfica, permitindo que as principais decisões políticas sobre a utilização das águas sejam tomadas em um ambiente democrático e participativo.

10. A composição dos Comitês de Bacias Hidrográficas, por força de dispositivo legal, deve ser paritária entre Poder Público e os segmentos dos usuários e da sociedade civil (artigo 36, da Lei Estadual 13.199/99).

Art. 36 – Os comitês de bacia hidrográfica serão compostos por:

I – representantes do poder público, de forma paritária entre o Estado e os municípios que integram a bacia hidrográfica;

II – representantes de usuários e de entidades da sociedade civil ligadas aos recursos hídricos, com sede ou representação na bacia hidrográfica, de forma paritária com o poder público.

11. Como conselho de política pública integrante do Sisema, estes órgãos colegiados são responsáveis pela implementação e acompanhamento da política de recursos hídricos em sua área de atuação, com vistas a promover a conservação, preservação e recuperação dos recursos hídricos, buscando garantir a melhoria da qualidade do meio ambiente, consagrado como um direito transindividual (de 3ª geração) apto a alcançar os valores constitucionais da fraternidade e solidariedade entre as presentes e futuras gerações.

12. Nesse sentido, elucida Granziera:

Criados com o intuito de prover a necessária gestão descentralizada entre todos os órgãos e entidades atuantes na política do uso de recursos hídricos, os comitês atuam como um órgão colegiado, com funções consultivas e deliberativas, sendo considerados a instância mais importante de participação e integração do planejamento e das ações na área dos recursos hídricos, posto que se trata do fórum de decisão sobre a utilização da água no âmbito das bacias hidrográficas.

13. Esses comitês de bacias estabelecem suas regras de funcionamento por meio de regimentos internos, que tem como finalidade aglutinar um conjunto de procedimentos e normas para o exercício de suas atribuições legais.

14. No entanto com o intuito de organizar as inúmeras atribuições conferidas aos comitês pelo artigo 43, da Lei nº 13.199/99, além de otimizar as atividades e uniformizar os procedimentos, o Conselho Estadual de Recursos Hídricos editou a DN nº 69/21 (revogando a DN 52/16), com o objetivo de orientar o *modus operandi* dos 36 (trinta e seis) comitês de bacias instituídos no Estado de Minas Gerais, sendo que os respectivos regimentos internos deveriam observar os princípios e as diretrizes impostos pelo CERH.

15. Esses colegiados são instituídos por decreto do Governador do Estado, nos termos do artigo 35, parágrafo único, da Lei Estadual nº 13.199/99.

Art. 35 – Os comitês de bacia hidrográfica terão como território de atuação:

I – a área total da bacia hidrográfica;

II – a sub-bacia hidrográfica de tributário do curso de água principal da bacia ou de tributário desse tributário;

III – o grupo de bacias ou sub-bacias hidrográficas contíguas.

*Parágrafo único – Os comitês de bacia hidrográfica serão **instituídos por ato do Governador do Estado.** (grifos nosso)*

16. O CBH do Alto Rio Grande foi criado conforme as disposições contidas no Decreto Estadual nº 44.432/2007, tendo o seu artigo 3º definido a sua composição, nos seguintes termos:

Art. 3º O Comitê será composto por:

I - até doze representantes do Poder Público, de forma paritária entre o Estado e os municípios que integram a Bacia; e

II - até doze representantes de usuários e de entidades da sociedade civil ligadas aos recursos hídricos, com sede e comprovada atuação na Bacia;

§1º Cada representante terá um suplente, que o substituirá em suas ausências e impedimentos.

§2º O Comitê será dirigido por um Presidente, um Vice- Presidente, um 1º Secretário e um 2º Secretário, eleitos dentre seus membros.

17. O decreto que instituiu o CBH Alto Rio Grande dispôs, ainda, que a sua sede será em um dos municípios que integram a bacia hidrográfica (art. 9º), o modo de indicação dos membros (art. 5º), bem como suas atribuições (art. 2º), estabeleceu que o quórum de suas deliberações será definido no regimento interno (art. 6º). Importante esclarecer que todas as alterações propostas no Regimento Interno devem observar as disposições contidas na Lei Estadual nº 13.199/99, no Decreto Estadual nº 44.432/07, na DN CERH nº 69/21, e demais normas afetas ao tema.

Da Minuta.

18. Importante ressaltar que iremos inserir no corpo desta nota jurídica somente os dispositivos que forem passíveis de alteração, ou que tiveram mudanças substanciais em seu texto.

19. Verifica-se no preâmbulo a apresentação de "considerandos" que, em que pese não ser requisito legal, não necessitando serem inseridos na norma; entendemos não se tratar de uma ilegalidade. Nada obstante, as citações devem encontrar-se em consonância com o objeto do ato normativo, o que recomendamos seja avaliada a pertinência de sua manutenção (**Recomendação 01**)

20. Pois bem. No que se refere ao texto do Regimento Interno propriamente dito, já no início da norma, em seu **artigo 1º, caput**, deverá ser modificada a redação de acordo com o Decreto Estadual nº 44.432/07, sendo suprimido o termo "Afluentes Mineiros" para a correta menção ao CBH. (**Ressalva 01**)

21. O mesmo termo deverá ser retirado de outras partes do texto normativo, a exemplo do artigo 2º. (**Ressalva 02**)

22. Em seu **artigo 3º, caput**, deverá ser modificada a redação, visando dar maior coesão ao texto. Para tanto, sugerimos: (**Recomendação 02**)

Art. 3º O Comitê é órgão colegiado, de Estado, instituído por Decreto pelo Governador, com competências deliberativas, normativas e consultivas, com atuação na área territorial compreendida pela Bacia Hidrográfica do Alto Rio Grande.

23. Além disso, deverá ser retirada a expressão Unidade de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos do artigo 3º, §1º (UPGRH GD1). De acordo com o artigo 5º, da DN CERH nº 66/20, deve-se ler "Circunscrição Hidrográfica - CH" em todas as normas e instrumentos de gestão onde houver a expressão "Unidade de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos - UPGRH". (**Ressalva 03**)

24. Atente-se que deverá ocorrer uma revisão geral no texto para verificar a retirada da expressão UPGRH revogada pela deliberação normativa supracitada.

25. No **artigo 3º, §4º**, propomos uma nova redação para uma melhor coerência textual: (**Recomendação 03**)

§4º Na área de atuação do CBH-GD1 suas ações serão desenvolvidas com base nos fundamentos da Lei Federal nº. 9.433/97 e da Lei Estadual nº 13.199/99, em especial, no que se refere à gestão descentralizada e participativa, entre o poder público, os usuários e a sociedade civil, bem como à necessidade da gestão compartilhada, considerando as políticas estaduais de recursos hídricos e as competências constitucionais e legais do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

26. No **artigo 6º, caput**, deverá ser definida (descrita) a composição do CBH de acordo com o decreto de criação do comitê. A redação proposta pela DN 69/21 tem como objetivo orientar os 36 comitês de bacias hidrográficas do Estado, devendo cada um, em seu regimento, descrever a composição paritária de acordo com o decreto de instituição. (**Ressalva 04**)

27. No que se refere ao **artigo 8º, §2º**, deverá ser substituída a expressão Deliberação Normativa por Regimento Interno. Neste aspecto, recomendamos ao CBH que efetive uma revisão geral no texto com o intuito de corrigir a expressão, a exemplo do artigo 18 e outros. (**Recomendação 04**)

28. Quanto às competências dos conselheiros (**art. 10**), recomendamos que seja acrescido ao inciso IV a menção a outras normas que vierem substituir a DN citada, tendo em vista que será

apresentada nova proposta de Regimento Interno para o CERH/MG, o que implicará em alteração da normativa vigente. **(Recomendação 05)**

(...) IV - requerer informações, providências, esclarecimentos ao presidente, ao secretário do Comitê e aos gestores do SEGRH-MG, conforme artigo 42 da DN CERH nº 44/2014, ou outra norma que vier substituí-la, sob forma de diligência;

29. No artigo 22, normalmente o comunicado dos conselheiros ocorre logo após a abertura da sessão, podendo o CBH rever a ordem dos incisos, com o intuito de seguir a praxe administrativa. **(Recomendação 06)**

30. Pertinente à composição da diretoria (art. 26), ainda que o decreto de instituição do CBH tenha previsto a figura do 2º secretário, não configura nenhuma ilegalidade a alteração da terminologia para secretário adjunto.

31. No artigo 26, §1º, entendemos que a recondução é para qualquer cargo pertencente a diretoria, e não necessariamente na mesma função. Assim, o CBH deve seguir a redação do artigo 26, da DN 69/21 **(Ressalva 05)**

§2º - Os mandatos dos membros da diretoria serão de 02 (dois) anos, sendo permitida 01 (uma) recondução por igual período.

32. Por fim, solicitamos que seja realizada uma revisão geral no texto para verificar se a ordem dos artigos, parágrafos e incisos estão corretas, em cumprimento a técnica legislativa. Ademais, deverá ser verificado o uso da terminologia Regimento Interno no lugar de Deliberação Normativa. **(Recomendação 07)**

Conclusão

33. Pelo exposto, não vislumbramos óbice as alterações pretendidas no Regimento Interno do CBH do Alto Rio Grande, desde que superadas as ressalvas apontadas, estando o mesmo de acordo com as normativas vigentes, em especial a DN CERH nº 69/21, em observância ao Princípio da Legalidade.

Belo Horizonte, 30 de maio de 2022.

Valéria Magalhães Nogueira

Procuradora Chefe – Advogada Autárquica

MASP nº 1.085.417-2 – OAB/MG nº 76.662



Documento assinado eletronicamente por **Valeria Magalhães Nogueira, Advogado(a) Autárquico(a)**, em 01/06/2022, às 11:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **47361200** e o código CRC **744F1B6E**.



Referência: Processo nº 2240.01.0004404/2022-28

SEI nº 47361200